



Índice

- 01** Produtores rurais de MS e PR se mobilizam contra demarcações de terras
- 02** Oficina de artesanato indígena será realizada na capital acreana
- 03** Índios tupinambás ocupam hotel no litoral sul da Bahia
- 04** Diversidade será a marca da 7ª Semana Cultural Indígena de Diamante do Oeste
- 05** Revista aborda a realidade indígena no Brasil
- 06** Kanindé se prepara para iniciar o diagnóstico etnoambiental participativo
- 07** Governo e Ministério da Saúde realizam ação de combate à subnutrição indígena
- 08** Prédio de escola indígena ameaça desabar na cidade de Amarante
- 09** Secretário regional de Quilombo recebe representantes da Aciq
- 10** Cojuv inicia 5ª edição da Caravana da Juventude Quilombola em Oeiras
- 11** Prefeitura levou atendimento do Bolsa Família ao Quilombo Arnesto Penna

Produtores rurais de MS e PR se mobilizam contra demarcações de terras
SÍTIO CENARIOMT, 08.04.2013



Duas audiências públicas envolvendo cerca de 1.200 produtores rurais do Mato Grosso do Sul e do Paraná, aconteceram nesse fim de semana nos municípios de Tacuru e Coronel Sapucaia (5 e 6 de abril). A intenção das assembleias foi mobilizar os produtores e elaborar estratégias para que não se cumpra o Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC), assinado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) junto ao Ministério Público Federal (MPF), que pretende a criação de 39 novas terras indígenas no Conesul do Estado. O CAC impacta diretamente 28 municípios, aproximadamente 22% do território estadual.

A Funai formou grupos de estudos – primeiro passo do processo demarcatório – para análise de três novas áreas, as Terras Indígenas Iguatemi-Pegua I, II e III. A Terra Indígena Iguatemi-Pegua I, com o resumo da portaria já publicada, abrange área de 41,5 mil hectares, o que equivale a 14% do município de Iguatemi. As Terras Indígenas Iguatemi-Pegua II e III, caso publicadas, abrangerão aproximadamente 5% de Amambai, 25,2% de Paranhos, 28,9% de Tacuru, além de 53,1% de Coronel Sapucaia, em um total de 159,8 mil hectares.

De acordo com o diretor secretário da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Ruy Fachini, a ação da Funai, além de não beneficiar o indígena, provoca desvalorização da terra, afasta investimentos e desestimula o agronegócio. “Os produtores que trabalham sol a sol e possuem titulação legal de suas propriedades, encontram-se na insegurança jurídica, mesmo que amparados pela constituição. A classe produtora é a favor do indígena e sabemos que eles precisam de amparo social e não de terras”, enfatizou o diretor durante a audiência pública em Coronel Sapucaia.

CONT.



A presidente do sindicato rural de Tacuru, Maria Casagrande, salientou que o ideal seria a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigue as ações da Funai. "É preciso se aplicar uma CPI para que descubra os motivos que fazem com que a Fundação queira tanta terra. É contraditório, já que o próprio índio afirma que sua necessidade é de assistência social".

Deputados estaduais, prefeitos da região e presidentes dos sindicatos rurais de Laguna Carapã, Sete Quedas, Porto Murtinho, Iguatemi, Amambai, Tacuru, Ponta Porã, Bela Vista, Itaporã, Vicentina, Fátima do Sul e Dois Irmãos do Buriti, participaram da assembleia pública em Tacuru e se manifestaram a favor da investigação quanto a atuação da Funai em MS.

Em Coronel Sapucaia participaram da mesa de autoridades na assembleia pública o presidente do sindicato rural de Amambai, Diogo Peixoto, Gino Ferreira, suplente do deputado federal Moka, Sérgio Barbosa, prefeito de Amambai, Carlos Magno, presidente da câmara municipal de Coronel Sapucaia, Ruy Fachini, diretor-secretário e Carlo Daniel Coldibelli, assessor jurídico do Sistema Famasul, José Roberto, prefeito de Iguatemi, a antropóloga Roseli Ruiz e a proponente da assembleia e vereadora de Coronel Sapucaia, Najla Mariano.

Oficina de artesanato indígena será realizada na capital acreana

SÍTIO G1, 08.04.2013



A partir desta segunda-feira (8) começam as inscrições para a oficina "A Arte Huni Kui: Tecendo com Miçangas", na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco. O curso que acontecerá de 15 a 19 de abril, faz parte da programação da Semana do Índio e será ministrada pela mestre artesã indígena Dalva Ayuni Kaxinawá.

Segundo a produtora da oficina na Biblioteca da Floresta, Carina Cordeiro, estão disponíveis 20 vagas para o curso e é necessário um investimento de R\$ 50. "Esse valor do investimento é para a compra do material", afirma a produtora. As inscrições acontecem até a próxima sexta-feira (13).

Na oficina, os participantes vão aprender a fazer pulseiras, colares, brincos entre outros itens de forma artesanal com desenhos típicos do povo kaxinawá, os Kenês. "Muitas pessoas não conhecem sobre a história dos kenês, então ela vai explicar um pouco sobre essa história que a gente desconhece", afirma Carina.

Ela explica que o artesanato indígena é bastante amplo e que a escolha de trabalhar com miçangas é pela acessibilidade do material. Ao final, os artesanatos produzidos serão expostos aos visitantes e usuários da biblioteca.

Mestre Artesã

Dalva Ayuni nasceu na aldeia São Joaquim, no município de Jordão. Ela aprendeu a criar artesanato com a mãe Mazenilda Kaxinawá e há oito anos comercializa seus trabalhos em Rio Branco, onde mora desde 2009.



Índios tupinambás ocupam hotel no litoral sul da Bahia

SÍTIO TERRA, 08.04.2013

Um grupo de cerca de 70 índios tupinambás ocupa, desde o fim da tarde de domingo (07), as dependências do Hotel Fazenda da Lagoa, no município de Una, no litoral sul da Bahia. Armados com facões, lanças e flechas, os indígenas chegaram ao hotel de barco, pelo Rio Una, e invadiram a propriedade por volta das 16 horas. Em seguida, expulsaram os funcionários e ocuparam tanto a sede quanto os 14 bangalôs do empreendimento. Não havia hóspedes no local - de acordo com funcionários, há três meses o hotel não recebe visitantes.

Em entrevista à TV Bahia, afiliada da Rede Globo no Estado, o cacique Val Tupinambá disse que o objetivo da invasão é pressionar o governo a acelerar o processo de demarcação de reserva indígena em uma área de 47 mil hectares, entre os municípios de Una, Ilhéus e Buerarema.

"Queremos que o governo se manifeste para resolver a situação fundiária do território tupinambá", disse o líder indígena. De acordo com ele, não há previsão para a saída do grupo, que pretende fazer outras invasões em empreendimentos da região ao longo do mês.

Representantes do estabelecimento estiveram, na manhã desta segunda-feira, na sede da Polícia Federal em Ilhéus para prestar queixa. Agentes da Polícia Federal estiveram na propriedade para verificar a situação.



Diversidade será a marca da 7ª Semana Cultural Indígena de Diamante do Oeste
SÍTIO CBNFOZ, 08.04.2013

Durante os dias de festa serão várias ações realizadas para o público em geral. O ingresso para participar das atrações está sendo vendido a R\$ 3.

Para agendar um passeio é necessário que o diretor da instituição ou o representante do estabelecimento interessado entre em contato com Mauro Dietrich (9925-6210) ou Jairo Bortolini (8825-6426). Várias escolas da região já estão programando visitas.

O objetivo da Semana Cultural Indígena, uma iniciativa da Itaipu, Funai e prefeitura, bem como outras entidades parceiras, é proporcionar a oportunidade de conhecer a herança cultural dos indígenas e compreender a presença da mesma no dia a dia.

O evento também pretende promover uma ampla discussão sobre a diversidade cultural, a realidade dos povos indígenas e as reivindicações atuais dessas populações tradicionais da região Oeste do Paraná.

Em 1500, quando os portugueses chegaram no Brasil, estima-se que havia cerca de seis milhões de indígenas.

Atualmente, calcula-se que apenas 400 mil ocupam o território brasileiro, principalmente em reservas protegidas e demarcadas pelo governo.



Revista aborda a realidade indígena no Brasil

SÍTIO JORNALAGORA, 08.04.2013

Em dossiê especial sobre povos indígenas, a Revista de História da Biblioteca Nacional resgata o passado da população indígena e investiga suas ações antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil. Artigo de Cristiana Bertazoni revela que os incas tentaram impor seu modo de vida aos nativos da Amazônia, mas precisaram ter uma postura flexível e diplomática para tentar conquistar os povos que viviam na floresta. Ao fim, descobre-se que houve mais intercâmbio entre as culturas que uma relação clara de dominação.

Reportagem de Bernardo Câmara mostra que os povos indígenas continuam sendo desrespeitados pelo modelo de desenvolvimento do Brasil. Pelo menos, 43 empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vão afetar territórios indígenas. A construção da Usina de Belo Monte vai impactar, direta ou indiretamente, 24 etnias. No entanto, o projeto é apenas um entre tantos. Há outras 22 hidrelétricas planejadas em rios amazônicos nos próximos dez anos.

A entrevista da edição de abril da revista é com Manolo Florentino, professor da UFRJ e presidente da Casa de Rui Barbosa. Ele afirma que, apesar de terem um bom espaço de atuação, os historiadores não sabem falar para seu público: "Os jornalistas sabem escrever. Escrever no sentido técnico: eles pensam no público, em como emitir o enunciado. Há grandes trabalhos de história escritos por jornalistas, excepcionais do ponto de vista histórico, que sofrem preconceito por parte dos historiadores".

Lançada em 2005, a Revista de História da Biblioteca Nacional é a única em seu segmento editorial especializada em História do Brasil e traz, a cada mês, reportagens e artigos assinados por importantes historiadores e sociólogos. A publicação, que tem patrocínio da Petrobras, é mensal e vendida em bancas de todo o país ao preço de R\$ 11.



Kanindé se prepara para iniciar o diagnóstico etnoambiental participativo

SÍTIO UOL, 08.04.2013

O diagnóstico etnoambiental participativo da Terra Indígena Roosevelt será o nono feito pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que se tornou referência na área desde o primeiro diagnóstico feito na Terra Indígena 7 de setembro, do povo Paiter Suruí. De lá pra cá já foram realizados nove diagnósticos em Terras indígenas não só de Rondônia, mas do Amazonas, Pará e Mato Grosso. "Os últimos preparativos serão acertados na reunião que vai acontecer em breve dentro da Terra Indígena Roosevelt, com a presença da FUNAI e lideranças Cinta Larga", explicou o coordenador geral da Kanindé Israel Vale Junior.

O diagnóstico, já recebeu autorização da FUNAI e deve ter os trabalhos iniciados ainda este mês. Esta é uma oportunidade para o povo cinta larga conhecer detalhes de seu território e também colocar no papel informações dos antepassados, que fazem parte do levantamento histórico social. O diagnóstico vai ser financiado pela Fundação Moore e deve ser feito em duas etapas, no verão e no inverno. De acordo com a coordenadora do projeto Ivaneide Bandeira, que é conselheira e uma das fundadoras da Kanindé, "os técnicos vão trabalhar juntamente com os indígenas em toda a TI Roosevelt, fazendo levantamentos sobre vários aspectos", conclui Ivaneide Bandeira.

Depois de realizados os estudos de campo, o resultado passa ainda pela aprovação da comunidade indígena, o que os técnicos chamam de validação. A metodologia, que envolve equipes indígenas e de especialistas como biólogos, antropólogos e outros profissionais, foi reconhecida pelo Prêmio Chico Mendes na categoria de Ciências e Tecnologia. O procedimento demanda uma logística avançada e uma compreensão intensa de processos participativos e colaborativos com comunidades tradicionais.

O processo inteiro, que envolve o diagnóstico etnoambiental juntamente com o etnozoneamento e a criação do plano de gestão da terra indígena, cria uma série de instrumentos e produtos vitais para ajudar as comunidades indígenas na tomada de decisões sobre o próprio futuro e o uso dos recursos naturais e culturais. Também ajuda a estabelecer pontes com a sociedade nas áreas de ciências, biodiversidade e gestão territorial, facilitando o diálogo com os vários segmentos da sociedade seja acadêmico, governamental ou da sociedade civil organizada.

Os diagnósticos são um levantamento socioeconômico e do meio físico da terra indígena, ferramenta imprescindível para a gestão territorial sustentável da área. A metodologia utilizada é o Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento, que possibilita que os indígenas e suas organizações possam tomar decisões sobre a utilização dos recursos naturais que se encontram em seus territórios. O processo busca conciliar os conhecimentos indígenas e o científico para, desta forma, planejar a gestão dos territórios indígenas. No desenvolvimento dos trabalhos, é importante envolver todos os atores que habitam ou atuam na Terra Indígena (comunidade, organização não governamental e governamental). Além disso, deve-se proceder com o levantamento socioeconômico da área de entorno do território indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 057 / 2013

Brasília, 09 de abril de 2013.

A validação consiste na aprovação ou possível correção dos resultados obtidos e apresentados para a comunidade indígena. Os pesquisadores indígenas e não indígenas devem organizar essa apresentação por temas, segundo a metodologia desenvolvida para a realização da pesquisa. Esta etapa é, com certeza, uma das mais importantes. É nesse momento em que pesquisadores e comunidade indígena poderão trocar experiências e cruzar informações por meio da apresentação dos grupos temáticos de pesquisa



Governo e Ministério da Saúde realizam ação de combate à subnutrição indígena
SÍTIO AC, 08.04.2013

Após estudos realizados nos municípios de Jordão em 2012, que constatou um alto índice de desnutrição infantil em crianças indígenas na faixa etária abaixo de cinco anos de idade, o governo elaborou o Projeto de Combate à Desnutrição Indígena no Acre, coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), prefeituras e organizações indígenas.

O objetivo do programa é reduzir a mortalidade infantil nas aldeias indígenas localizadas nos municípios de abrangência dos Distritos Sanitário Indígena Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá, através da promoção da educação em saúde e das boas práticas alimentares e nutricionais.

Secretários de governo se reuniram com representantes do Ministério da Saúde em busca de parcerias para a execução do programa. O diretor do Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena (DSESI), Carlos Madson Reis afirma que são grandes as expectativas da parceria entre governo do Estado e Ministério da Saúde. "No Acre a gente tem uma facilidade de diálogo exatamente pela sensibilidade do governador com a questão indígena, isso não é de agora, é uma acessibilidade que vem sendo demonstrada com ações que o governo estadual está propondo. Acho que essa integração entre os entes federativos é extremamente benéfica, positiva e necessária".

O custo geral do projeto é R\$ 5.443.670 de financiamentos do Ministério da Saúde e contrapartida do governo do Estado. Mais de 2.000 crianças indígenas Campinas/katukina, Alto Purus, kampa e Isolados do Alto Rio Envira, kaxinawá do Igarapé do Pau, kulina do Igarapé do Pau, jaminawa/Envira, kulina do Rio Envira, serão beneficiadas. As principais metas e ações estão focadas na alimentação e nutrição, assistência à saúde, capacitação em educação e saúde e cuidados ambientais.

Uma medida emergencial será tomada pelas entidades envolvidas até que o projeto esteja totalmente finalizado e as parcerias firmadas, como afirma Edgarde de Deus, secretário de meio ambiente. "O projeto prevê no primeiro momento entrar com uma ação emergencial, e nós vamos trabalhar a alimentação para que as crianças e os adultos possam acessar essa comida onde está faltando, e um suplemento alimentar, distribuído pelo Unicef, que tem 15 micronutrientes e complementos nutricionais", destacou.



Prédio de escola indígena ameaça desabar na cidade de Amarante

SÍTIO G1, 08.04.2013

Para centenas de índios, ir para escola é um risco. Na terra indígena Arariboia, em Amarante, a 150 quilômetros de Imperatriz, o prédio da principal escola da comunidade já não oferece segurança para professores e alunos.

Sem alternativa, as aulas que começam nesta semana, vão ser ministradas mesmo no prédio que pode desabar a qualquer momento. Na aldeia as mães estão preocupadas com o início do ano letivo.

A ameaça é por causa desse prédio, que é de madeira e não recebe uma reforma há 30 anos. É do lado de dentro que é possível constatar os problemas. O telhado está caindo. Tem muitos buracos e é um risco para segurança de alunos e professores. Parte da estrutura de madeira está apodrecida.

O prédio onde funciona a escola polo que atende 15 aldeias da terra indígena Araribóia está deteriorado. Só para este ano letivo já foram matriculados mais de 450 alunos.

Alunos que certamente não terão onde sentar para assistir as aulas. É que na escola as poucas cadeiras que existem estão quebradas. Além disso, não tem papel, giz ou quadro. Um foi improvisado na parede, pintado pelos próprios índios.

Este ano uma das três salas da escola foi isolada por total falta de segurança. Os índios dizem que já fizeram muitos apelos por um prédio novo, mas ele nunca saiu do papel.

"Até agora não houve resposta nenhuma, não vieram aqui para falar para a gente se vão reconstruir a escola, como vai ser. Ninguém nem do Estado nem do um município", afirmou Pedro Carlos Guajajara, coordenador da escola.

Setenta e cinco escolas indígenas na Região Tocantina, inclusive a mostrada na reportagem, estão sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado.

O coordenador regional de educação, Agostinho Noleto, disse que está concluindo um relatório sobre as condições físicas dos prédios para iniciar um processo de recuperação.

Como as obras dependem de licitação, Agostinho Noleto, não soube precisar os prazos de quando essas obras serão iniciadas. Ainda segundo o coordenador, mil carteiras foram distribuídas nas escolas indígenas este ano.



Secretário regional de Quilombo recebe representantes da Aciq

SÍTIO TERRA, 08.04.2013

O secretário regional da SDR de Quilombo Jaksom Castelli recebeu em seu gabinete na tarde desta segunda-feira, 8, o presidente da Aciq, Associação Empresarial de Quilombo e região, Rodrigo Conci e também a diretora social, Patrícia Weirich. O secretário colocou a disposição a SDR de Quilombo para o desenvolvimento da região. "É importante receber essas visitas para que possamos estar informados do que está acontecendo no nosso comércio. Também colocamos os serviços e profissionais da SDR para fomentar o desenvolvimento da região" lembra Castelli. De acordo com ele, na próxima semana estará se deslocando a capital para participar de várias audiências, dentre elas, com o secretário de Planejamento Murilo Flores para averiguar como está o andamento do projeto Acorde Quilombo.

Para o presidente da Aciq, a sociedade deve saber que uma entidade sozinha não consegue fazer muita coisa. "É importante o envolvimento de todas as entidades possíveis, como a Aciq a prefeitura e a SDR de Quilombo. Juntos podemos ser fortes e buscar cada vez mais recursos para realizar projetos para a população" lembra Conci. A diretora Patrícia explicou sobre a sua participação em Brasília na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. "A participação neste evento nacional, atuando no planejamento das políticas públicas que dizem respeito à região de Quilombo é um dos compromissos que a Aciq tem com seus sócios e a sociedade, assumindo sua responsabilidade representativa dos interesses locais" destaca Patrícia. Em um dos contatos, foi viabilizado um projeto de sustentabilidade para a região no valor de R\$ 59 mil, com a parceria da SDR de Quilombo e do Governo do Estado.



Cojuv inicia 5ª edição da Caravana da Juventude Quilombola em Oeiras

SÍTIO VIAGORA, 08.04.2013

A V Caravana da Juventude Quilombola chegou à primeira capital do Piauí e iniciou as suas atividades na noite desta sexta-feira (5), no Cine Teatro Oeiras. O evento é organizado pela Coordenadoria Estadual da Juventude (Cojuv) em parceria com a Secretaria de Cidadania e Assistência Social (Sasc) e o grupo Coisa de Nêgo.

Durante a abertura, o coordenador da juventude Plínio Dumont falou da importância da Caravana para a valorização dos jovens e seu respectivo desenvolvimento e destacou o compromisso do Governo do Estado do Piauí em firmar políticas públicas voltadas para a juventude, através dos projetos da Cojuv em parceria com os municípios. "Hoje me sinto gratificado em poder contar com grandes parceiros para poder realizar estes eventos", pontuou.

Imagem: Reprodução Plínio Dumont na abertura da V Caravana da Juventude Quilombola, em Oeiras (Imagem: Reprodução) Plínio Dumont na abertura da V Caravana da Juventude Quilombola, em Oeiras

Dumont acrescentou que a quarta edição da Caravana vem trazendo novidades para os jovens de Oeiras. "Foi feito um termo para a entrega dos equipamentos de percussão para o município. Os jovens terão a oportunidade de aprender a tocar esse instrumento e depois repassar esses conhecimentos para outras pessoas que quiserem aprender", afirma.

O coordenador afirmou ainda aos jovens da cidade que no dia 18 de maio será realizada a Batalha do Mocha, que será uma oportunidade de valorizar o seguimento hip hop, no município. O evento contará com uma estrutura muito boa e os jovens que participarem das batalhas de hip hop, estarão concorrendo a premiação no valor de R\$ 2.000 mil.

O representante do grupo Coisa de Nêgo, Gilvano Quadros agradeceu à Cojuv por abraçar o projeto da Caravana da Juventude Quilombola que, segundo ele, é tão diversificado e contribui para a integração dos jovens afrodescendentes. "Aproveito para informar que todos que participarem dos três dias do evento irão sair maravilhados e terão a oportunidade de participar de atividades tão ricas e trabalhadas na valorização do povo negro", afirma.



Prefeitura levou atendimento do Bolsa Família ao Quilombo Arnesto Penna

SÍTIO TERRA, 08.04.2013

A Prefeitura de Santa Maria, por meio da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos (Smasc), prestou atendimento do Programa Bolsa Família, no último sábado (6), junto ao Quilombo Arnesto Penna, no Distrito da Palma. O objetivo da descentralização do serviço é buscar garantir os direitos desta comunidade e facilitar o processo de recadastramento das 14 famílias que moram no local.

Além de atualização cadastral, o atendimento também contou com a participação do Serviço Social da Smasc, que levou informações referentes à documentação civil e a cursos Profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Emprego (Pronatec). A atividade é realizada todos os anos para evitar que as famílias percam o direito aos benefícios do programa federal, cuja gestão é feita pela administração municipal.